

aberto por aviso n.º 2619/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 38 de 22 de fevereiro de 2013, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 5 de outubro de 2015, com a trabalhadora Sara Henriques de Anunciada, para o preenchimento de um posto de trabalho da categoria de Enfermeiro, da carreira especial de enfermagem, do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Lisboa Central, com a remuneração base definida nos termos do Decreto-Lei n.º 122/2010, de 11 de novembro, correspondente a 1.201,48€.

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, anexo da Lei n.º 35/2014 de 20/6, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Rogério Paulo Antunes Borges Dinis, Enfermeiro da ARS de Lisboa e Vale do Tejo/ACES Lisboa Central

1.º Vogal Efetivo: Carla Maria Ferreira Guerreiro da Silva Mendes, Enfermeira da ARS de Lisboa e Vale do Tejo/ACES Lisboa Central

2.º Vogal Efetivo: Maria Manuela Gonçalves de Brito, Enfermeira da ARS de Lisboa e Vale do Tejo/ACES Lisboa Central

1.º Vogal Suplente: Pedro Manuel de Sousa Nunes Branco, Enfermeiro da ARS de Lisboa e Vale do Tejo/ACES Lisboa Central

2.º Vogal Suplente: Maria Fátima Abrantes Marim, Enfermeira da ARS de Lisboa e Vale do Tejo/ACES Lisboa Central

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem duração de 90 dias, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro.

28 de setembro de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Nuno Venade*.

210048458

Aviso (extrato) n.º 15205/2016

Em cumprimento do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal aberto por aviso n.º 2619/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 38 de 22 de fevereiro de 2013, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 5 de outubro de 2015, com a trabalhadora Ana Rita Carreira Dias Louro, para o preenchimento de um posto de trabalho da categoria de Enfermeiro, da carreira especial de enfermagem, do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Lisboa Central, com a remuneração base definida nos termos do Decreto-Lei n.º 122/2010, de 11 de novembro, correspondente a 1.201,48€.

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, anexo da Lei n.º 35/2014 de 20/6, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Rogério Paulo Antunes Borges Dinis, Enfermeiro da ARS de Lisboa e Vale do Tejo/ACES Lisboa Central

1.º Vogal Efetivo: Carla Maria Ferreira Guerreiro da Silva Mendes, Enfermeira da ARS de Lisboa e Vale do Tejo/ACES Lisboa Central

2.º Vogal Efetivo: Maria Cristina Mesquita Vidigal, Enfermeira da ARS de Lisboa e Vale do Tejo/ACES Lisboa Central

1.º Vogal Suplente: Pedro Manuel de Sousa Nunes Branco, Enfermeiro da ARS de Lisboa e Vale do Tejo/ACES Lisboa Central

2.º Vogal Suplente: Ricardo Alexandre Sousa Ferreira, Enfermeiro da ARS de Lisboa e Vale do Tejo/ACES Lisboa Central

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem duração de 90 dias, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro.

28 de setembro de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Nuno Venade*.

210046716

Inspeção-Geral das Atividades em Saúde

Despacho n.º 14654/2016

Nos termos dos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 27.º da Lei 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, nomeio a Licenciada Zulmira Maria Ribeiro Trindade Simas, no cargo de Chefe de Divisão de Gestão de Recursos, em regime de substituição, com efeitos a 7 de novembro de 2016, por possuir o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objetivos da divisão, sendo dotada das necessárias competências e aptidões técnicas para o exercício do cargo, de acordo com a nota curricular anexa.

Nota Curricular

Nome: Zulmira Maria Ribeiro Trindade Simas.

Habilitações Literárias: Licenciatura em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa.

Experiência Profissional:

De outubro de 2016 a novembro de 2016 — Coordenadora — Unidade de Apoio Processual, na Inspeção Geral das Atividades em Saúde (IGAS);

De julho de 2015 a setembro de 2016 — Chefe de divisão, em regime de substituição, — Gestão de Recursos Humanos dos Tribunais, na Direção Geral da Administração da Justiça (DGAJ);

De janeiro de 2014 a junho de 2015 — Formadora Coordenadora — Divisão de Formação, na Direção Geral da Administração da Justiça (DGAJ);

De setembro de 2011 a dezembro de 2013 — Jurista — Direção de Serviço Jurídico e Cooperação Judiciária Internacional na Direção Geral da Administração da Justiça (DGAJ);

De abril de 2009 a setembro de 2011 — Jurista — Departamento Jurídico e de Auditoria na Direção Geral de Reinserção Social (DGRS);

De abril de 2002 a março de 2009 — Oficial de Justiça — Escrivã de Direito — 11.ª Vara Cível de Lisboa;

De novembro de 1995 a abril de 2002 — Oficial de Justiça — Escrivã Adjunta — 13.ª Vara Cível de Lisboa; e

De fevereiro de 1984 a novembro de 1995 — Oficial de Justiça — Escrição Judicial Estagiária/Eventual/Definitiva — Tribunal Judicial de Portalegre, 11.º e 12.º Juízos Cíveis de Lisboa, 5.ª Vara Cível de Lisboa e Tribunal Judicial de Vila Franca de Xira.

Formação Profissional:

Ação de Formação — “Entrevista de Avaliação de Competências”, de 9 a 12 de novembro de 2015 (INA);

Ação de Formação — “Lei Geral do Contrato de Trabalho em Funções Públicas” (28 horas), de 14 a 17 de dezembro de 2015 (INA);

Ação de Formação — “Lei Geral do Contrato de Trabalho em Funções Públicas” (28 horas), dias 18, 9, 26 e 29 de junho de 2015 (IRN) e “Gestão de Recursos Humanos”;

Direção e Liderança;

Gestão do Conhecimento;

Organização e Gestão da Formação;

Estratégia e Desenvolvimento Organizacional;

Tecnologias de Informação e Comunicação;

Legislação Laboral;

Ação de Formação — “Word Avançado” de 9 de fevereiro de 2014 a 11 de dezembro de 2014;

O que mudou no novo Código de Processo Civil, em 2013 (DGAJ);

2.º Curso Breve de Pós-Graduação em Responsabilidades Parentais pela Universidade de Coimbra — Faculdade de Direito — Centro de Direito da Família;

Inglês Jurídico, de 11 a 13 de maio de 2011 (DGRS/CEJ);

Curso de Formação Profissional — Contrato de Trabalho em Funções Públicas, de 26 a 28 de Abril de 2011 (DGRS);

Curso de Formação Profissional — Escrita Eficaz (25 horas), de 24 a 27 de janeiro de 2011 (DGRS);

Direito da Família e das Crianças, Instrumentos Internacionais e Comunitários no âmbito da Formação Contínua, ano letivo 2010/2011 (CEJ);

Curso de Especialização sobre “Temas de Direito da Família e dos Menores”, Centro de Estudos Judiciários (CEJ);

Direito da Família e das Crianças, Instrumentos Internacionais e Comunitários no âmbito da Formação Contínua, ano letivo 2009/2010 (CEJ);

Regulamento das Custas Processuais, dia 18 de junho de 2010 (CEJ);

Francês Jurídico aplicado à Reinserção Social, de 18 de junho a 10 de julho de 2009 (DGRS/Aliance Française);

Recursos em Processo Civil e Portaria n.º 114/2008, de 25 e 26 de setembro 2008 (DGAJ);

A Ação Executiva, de 26 a 30 de abril de 2004 (DGAJ);

Informática de Gestão Processual/Código das Custas Judiciais, de 9 a 13 de fevereiro de 2004 (DGAJ);

Aplicação “Habilus”, dia 19 de novembro de 2002 (DGAJ);

Curso para Escrivães de Direito, em 2000 (DGAJ); e

Curso de Francês, nos anos letivos 1997 a 1981 (Aliance Française).

Seminários/Conferências:

De abril de 2009 a dezembro de 2013:

Oradora em diversos Congressos, Seminários, Conferências, Bienais de Jurisprudência, Encontros e Reuniões, organizados pelos Magistrados do

Ministério Público da área da Família e Menores, pelo Centro de Direito da Família da Universidade de Coimbra — Faculdade de Direito, pelo Centro de Estudos Judiciários em parceria com a Ordem dos Advogados, o Tribunal de Família e Menores de Lisboa e a Ordem dos Advogados (Conselho Distrital), pelo Instituto de Apoio à Criança, pelos Membros Nacionais da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial, pelas Autoridades Centrais e Pontos de Contacto, — no âmbito dos diversos Instrumentos Internacionais em Matéria de Direito da Família e das Crianças, realizados em Portugal, Bruxelas, Alemanha e Canadá

7 de novembro de 2016. — A Inspectora-Geral, *Leonor Furtado*.
210049349

PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Despacho n.º 14655/2016

Ao abrigo das disposições conjuntas do artigo 8.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro na sua versão atualizada e dos artigos 36.º a 40.º e 44.º todos do Código do Procedimento Administrativo e tendo presente o disposto na alínea c) do n.º 5.º da Portaria n.º 528/2007, de 30 de abril, do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 22/2015, de 6 de fevereiro, e dos artigos 34.º e 39.º do Decreto-Lei n.º 23/2015, de 6 de fevereiro, delego, com vista a agilizar o funcionamento da Divisão de Apoio Jurídico, na Senhora Chefe de Divisão de Apoio Jurídico, Dr.ª Teresa Maria Peres Ribeiro do Rosário, as competências para distribuir e designar instrutor nos processos de contraordenação por infrações à legislação em vigor, designadamente em matéria de ambiente, ordenamento do território e conservação da natureza, bem como nos previstos nos Decreto-Lei n.º 22/2015 e Decreto-Lei n.º 23/2015, ambos de 6 de fevereiro, na área sob jurisdição desta Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

O presente despacho produz efeitos a partir da sua publicação, considerando-se ratificados todos os atos praticados desde o dia 1 de novembro de 2016.

18 de novembro de 2016. — A Diretora de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local, *M. Natália Gravato*.

210046319

ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 14656/2016

O Despacho n.º 2983/2016, de 17 de fevereiro de 2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 40, de 26 de fevereiro de 2016, alterado pelo Despacho n.º 11985/2016, de 28 de setembro de 2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 193, de 7 de outubro de 2016, estabelece o quadro de funcionamento e de delegação de competências do Ministério da Economia no âmbito do XXI Governo Constitucional.

Tendo-se constatado um lapso de redação nos poderes delegados no Senhor Secretário de Estado da Energia, relativamente às competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 109/94, de 16 de março, que estabelece o regime jurídico das atividades de prospeção, pesquisa e produção de petróleo, vem o presente despacho proceder à correção da redação da alínea o) do n.º 10.5 do citado despacho.

Assim, nos termos das disposições conjugadas do n.º 3 do artigo 8.º, do n.º 1 do artigo 10.º e do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, que aprova a Lei Orgânica do XXI Governo Constitucional, dos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e dos artigos 109.º e 110.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro, determino o seguinte:

1 — A alínea o) do n.º 10.5 do Despacho n.º 2983/2016, de 17 de fevereiro de 2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 40, de 26 de fevereiro de 2016, alterado pelo Despacho n.º 11985/2016, de 28 de setembro de 2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 193, de 7 de outubro de 2016, passa a ter a seguinte redação:

«o) Decreto-Lei n.º 109/94, de 16 de março (acesso e exercício das atividades de prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo nas áreas disponíveis na superfície emergsa do território nacional, das águas interiores, do mar territorial e da plataforma

continental, bem como a realização de estudos de avaliação prévia do potencial interesse no referido exercício de atividade);»

2 — Ficam por este meio ratificados todos os atos praticados no âmbito da delegação constante do presente despacho, desde 26 de novembro de 2015 até à publicação do presente despacho.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação.

24 de novembro de 2016. — O Ministro da Economia, *Manuel de Herédia Caldeira Cabral*.

210047583

Direção-Geral de Energia e Geologia

Aviso n.º 15206/2016

Faz-se público, nos termos e para efeitos do n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março, que José Aldeia Lagoa & Filhos, SA, requereu a celebração de contrato de concessão de exploração de depósitos minerais de quartzo e feldspato para uma área denominada “Vilas Boas”, localizada nas freguesias de Vidago e Vilas Boas, concelho de Chaves, ficando a corresponder-lhe uma área de 84,7706 ha, delimitada pela poligonal cujos vértices, se indicam seguidamente, em coordenadas no sistema PT-TM06/ETRS89:

Vértice	X (m)	Y (m)
1	50837,723	221103,694
2	50251,996	220463,255
3	49582,470	221010,600
4	49733,110	221378,040
5	50256,980	221699,510

Atendendo ao Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março, convidam-se todos os interessados, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso, a apresentar por escrito, ao abrigo do n.º 3 do artigo 16.º, reclamações fundamentadas.

O pedido está patente para consulta, dentro das horas de expediente, na Direção de Serviços de Minas e Pedreiras da Direção-Geral de Energia e Geologia, sita na Av.ª 5 de Outubro, n.º 208-6.º Andar (ed. Santa Maria), 1069-203 Lisboa, entidade à qual devem ser remetidas as reclamações. O presente aviso, planta de localização e a publicitação do pedido estão também disponíveis na página eletrónica desta Direção-Geral.

17 de novembro de 2016. — A Subdiretora-Geral, *Cristina Lourenço*.

310030434

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Aviso n.º 15207/2016

Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1, e do n.º 2 do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que na sequência da consolidação da mobilidade interna, se procedeu à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 28 de setembro de 2016, com o seguinte trabalhador:

Nome	Carreira/categoria	Posição remuneratória
Sérgio Nuno de Matos Branco	Técnico Superior	Entre 1.ª e 2.ª/11 e 15

24 de novembro de 2016. — O Diretor-Geral, *Pedro Teixeira*.

210048888